COMISSÃO ESPECIAL DESTINA A PROFERIR PARECER À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2003

Acrescenta artigos 90 e 91 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possibilitando que servidores públicos requisitados optem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.

Autores: Deputado Gonzaga Patriota e outros

Relator: Deputado Philemon Rodrigues

I - RELATÓRIO

A proposição epigrafada trata do acréscimo de dois artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. O primeiro de tais dispositivos concede aos servidores públicos federais, estaduais ou municipais que se encontrem cedidos a outros órgãos há mais de três anos o direito de opção pela *“efetivação de sua lotação no órgão cessionário”*. O segundo dispositivo apenas delimita o alcance do anterior, esclarecendo que a norma aventada apenas se aplica àqueles investidos no cargo efetivo ocupado de forma lícita, ou seja, mediante concurso público, se posterior a 5 de outubro de 1988, ou de acordo com a legislação então vigente, se anterior a tal data.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou parecer pela admissibilidade da proposta.

O prazo regimentalmente determinado foi aberto em 14 de abril de 2005 e encerrado em 28 de abril de 2005, sem que fosse apresentada qualquer emenda perante esta Comissão Especial.

II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade do provimento de cargos da Administração mediante concurso público. Todavia, o Poder Público, ao invés de adotar um planejamento consistente e objetivo de provisão de recursos humanos, via concurso, preferiu, durante anos seguidos, suprir suas necessidades funcionais imediatas por meio do mecanismo da requisição. Eficiente, em um primeiro momento, tal medida terminou se mostrando inadequada.

É inegável a notória inconveniência da situação de milhares de servidores públicos que, cedidos por seus órgãos há anos, encontram-se em situação precária, que pode ser revertida a qualquer momento, gerando intranqüilidade para os servidores e seus familiares. Tal situação não interessa nem aos servidores nem à Administração Pública.

Nada obstante a intenção meritória do autor, entendemos que a solução para este problema precisa ser delimitada de forma mais específica, ser balizada por critérios suficientemente objetivos e estar em absoluta consonância com os princípios inscritos na Carta Magna, pelo que se impõem algumas alterações ao texto original.

Com este fim, entendemos ser necessário explicitar de maneira inequívoca que não se trata de promover qualquer tipo de ascensão funcional, terminantemente proibida pelo Texto Constitucional, nem de burlar os regramentos dos regimes jurídicos dos servidores públicos, que prevêm que sejam respeitadas as atribuições compatíveis com o cargo de ingresso do servidor.

Por fim, também a forma da proposição demandou pequenos reparos. Afora a adequação da terminologia utilizada, a técnica legislativa impôs a transformação do segundo artigo proposto em parágrafo do artigo anterior, ao qual se subordina. Tal correção, a seu turno, implica a adaptação da própria ementa da proposição.

Face o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2003, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Philemon Rodrigues
Relator

**SUBSTITUTIVO DO RELATOR À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2003
(Do Sr. Gonzaga Patriota e outros)**

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possibilitando que servidores públicos requisitados optem pela alteração de sua vinculação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 95:

“Art. 95. Os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ocupantes de cargo efetivo, que se encontrem cedidos a outro órgão, por meio de requisição, em exercício continuado há mais de três anos poderão optar pela efetivação em cargo do órgão cessionário de atribuições semelhantes e do mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional do cargo efetivo do órgão de origem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos servidores cuja investidura haja observado as correspondentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, ou, se posterior a esta data, tenha derivado de aprovação em concurso público de provas ou de provas e de títulos, na forma do disposto no art. 37, II, da Constituição Federal.”

Art. 2º O prazo para exercício da opção a que se refere o art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de noventa dias, a contar da data de publicação desta Emenda.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado Philemon Rodrigues
Relator